

P

roposta de Indicadores para Comparabilidade nos Relatórios Integrados: Um Estudo de Caso Comparativo

Recebido: 23/12/2019

Aprovado: 11/03/2020

¹ Fernando de Almeida Santos

² Marcelo Eloy Fernandes

³ Roberta Cristina da Silva

Resumo

Objetivo: Propor indicadores mínimos que permitam a comparabilidade, clareza e identificação de transparência de duas empresas classificadas na B3.

Método: Realizou-se um estudo de caso comparativo entre duas empresas do setor de energia elétrica. O estudo correu por meio da análise de conteúdo dos capitais apresentados nos relatórios integrados de empresas com análise qualitativa das informações encontradas.

Originalidade/Relevância: A abordagem quanto à sustentabilidade empresarial e a transparência subsidiaram a pesquisa, com o intuito de mensurar a importância das informações contábeis e não-contábeis de maneira integrada por meio do Relato Integrado.

Resultados: Foi possível constatar semelhanças e dissemelhanças quanto a forma de evidenciamento dos seis capitais apresentados, porém sem grandes discrepâncias, percebendo que ambas as empresas apresentam com riqueza de detalhes e evidenciam as ações preventivas e corretivas quanto ao meio ambiente, além das mensurações relevantes acerca do capital humano e social. As organizações buscam apresentar claramente as vertentes sustentabilidade e social incorrendo assim, na preocupação ampla das empresas quanto a sua imagem no mercado atual altamente competitivo.

Contribuições teóricas/metodológicas: A pesquisa realizada percorreu os âmbitos de gestão, transparência, sustentabilidade, práticas organizacionais e informações financeiras e não financeiras por meio do Relato Integrado das empresas escopo do artigo. A análise e discussões apresentadas foram possíveis mediante a comparabilidade dos documentos emitidos, os quais trazem veracidade às informações constantes, tendo em vista a validação das empresas auditoras. Neste sentido, o estudo de caso realizado foi subsidiado pela idoneidade constante nos relatórios integrados.

Contribuições sociais / para a gestão: Em se tratando o RI, de um relatório que evidencia tanto sustentabilidade empresarial, quanto ambientação social, o estudo pode corroborar na evidenciamento quanto as ações realizadas por ambas as empresas acerca do tratamento dado às pessoas que compõem as organizações, bem como quanto as práticas empresariais ocorridas.

Evidentemente no certame social, as empresas vêm adotando a emissão do RI de maneira crescente em todo o mundo para demonstrar de maneira mais assertiva o tratamento dado aos capitais financeiros e não financeiros, aumentando assim a transparência em busca da consolidação de sua imagem nos mercados.

Palavras-chave: Relatórios Integrados. Responsabilidade. Sustentabilidade. Transparência.

Como Citar

Santos, F., Eloy Fernandes, M., & Cristina da Silva, R. (2020). Proposta de Indicadores para Comparabilidade nos Relatórios Integrados: Um Estudo de Caso Comparativo. *Future Studies Research Journal: Trends and Strategies [FSRJ]*, 12(2), 379-393. doi: <https://doi.org/10.24023/FutureJournal/2175-5825/2020.v12i2.477>

¹ Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo, (Brasil). E-mail: fernando@fernandoasantos.com.br
Orcid id: <https://orcid.org/0000-0002-1716-2802>

² Faculdades de Tecnologia – FATEC. Universidade Nove de Julho – UNINOVE São Paulo, (Brasil). E-mail: marceloeloyfernandes@gmail.com Orcid id: <https://orcid.org/0000-0001-9646-6646>

³ Universidade Paulista - UNIP, São Paulo, (Brasil). E-mail: robertasilvact@gmail.com
Orcid id: <https://orcid.org/0000-0001-8827-0977>

Proposed indicators for comparability in integrated reports: A comparative case study

Abstract

The concern with sustainability and transparency in organizations is increasing in society, especially by private companies. With this fact, the need for companies to report their reports and statements that seek to align the best management practices and that address the social, environmental and economic aspects in the accounting and financial statements has been increasing. In this context, the Integrated Report has become an important tool for decision making and strategic business vision by organizations. Considering these aspects, this research aims to propose minimum indicators that allow the comparability, clarity and transparency of two companies classified in B3. For the method, a comparative case study of organizations in the Brazilian electric sector in 2017 was chosen through content analysis. In this scenario, the results point to the gains and advantages in the use of this financial report in the sense of a detailed presentation incurring transparency, in addition to the identification of similarities and dissimilarities in the way of presenting its capital.

Keywords: Integrated Reports. Responsibility. Sustainability. transparency.

How to cite the article:

Santos, F., Eloy Fernandes, M., & Cristina da Silva, R. (2020). Proposed Indicators for Comparability in Integrated Reports: A Comparative Case Study. *Future Studies Research Journal: Trends and Strategies*, 12(2), 379-393. doi:<https://doi.org/10.24023/FutureJournal/2175-5825/2020.v12i2.477>

1. Introdução

No atual cenário das organizações há uma preocupação das empresas com a ética e transparência em relação à sustentabilidade dos seus negócios. A grande preocupação neste contexto está diretamente ligada a elaboração de informações financeiras e não financeiras robustas e sustentáveis que possam permitir uma visão integrada da empresa e que permita uma análise mais consistente e abrangente. Esta visão faz com que seja possível agregar os três aspectos da sustentabilidade que são: ambiental, social e econômico.

Portanto, com esta reflexão, o mercado procura atualmente construir relatórios e boas práticas que possam traduzir informações contábeis e aproximá-la da comunicação integrada. Desta forma, em 2012 foi criada a Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relatório Integrado (CBARI), que tem o objetivo de manter o mercado brasileiro atualizado das boas práticas internacionais e com tal iniciativa busca aproximar e contribuir no processo de implementação das empresas brasileiras nesse processo. Hoje, esta comissão tem 190 participantes de aproximadamente 90 organizações.

No período de abril a julho de 2013, o modelo de Relatório Integrado estava em audiência pública e como tal baseava-se na IIRC (Conselho Internacional de Relatórios Integrados) que visa como objetivo maior criar um modelo global, o RI (Relatórios Integrados). A IIRC distribuiu as suas informações em partes, sendo estas: as empresas, os órgãos e instituições para a padronização de regulação, os investidores, as organizações não governamentais e consultores de quase 30 países que atuam em sua grande parte de forma independente.

Ainda nesta mesma esteira o IIRC (2014) indica que o relatório integrado "é uma comunicação concisa sobre a estratégia, governança, desempenho e possibilidades de uma organização no contexto de seu ambiente externo, levar à criação de valor no curto, médio e longo prazo".

Neste movimento do IIRC (2014), o relatório integrado permite:

- a) Melhorar a estratégia conjunta para o negócio e observar como seu modelo de negócios está respondendo a novas necessidades e expectativas do mercado;
- b) Permitir um melhor diálogo entre a empresa e os fornecedores de capital financeiro;
- c) Desenvolver departamentos mais conectados e quebrar os espaços;
- d) Melhorar os processos internos; e
- e) Reduzir o custo de capital.

Desta forma, os relatórios integrados são entendidos como sendo de grande avanço para o mercado, pois irão permitir uma visão integrada, além de ampliar a

transparência das empresas no que diz respeito aos aspectos de sustentabilidade. Note-se, contudo, que este é um processo evolutivo e que merece regulação e apoio de instituições públicas e privadas.

2. Revisão bibliográfica

2.1 Comparação, transparência, clareza e desenvolvimento de instrumentos sociais, ambientais e econômicos no Brasil

Nos estudos de Vallaeys (2014, p 133.), percebeu-se que as empresas notaram que apenas as demonstrações contábeis e financeiras não representam as aspirações da sociedade e este começou um movimento mundial para o desenvolvimento de instrumentos empresariais de natureza social e ambiental.

O Movimento de Responsabilidade Social Corporativa (SER) é fortemente desenvolvido ao longo das últimas décadas. Os padrões de qualidade agora integram os aspectos sociais e ambientais dos processos de produção e de gestão: Não mais, "qualidade" sem "responsabilidade".

Estas declarações não vinculativas no país onde são preparados pelas empresas visa aumentar a transparência, melhorar a imagem corporativa e prestar contas para a sociedade.

Segundo Hoque (2017), as partes interessadas buscam conhecer a gestão dos negócios, os riscos pertinentes para possíveis negócios futuros, além da mensuração dos impactos decorrentes na sociedade.

No Brasil tais movimentos apresentam brevemente a história do demonstrativo sustentável no Brasil: em que Torres (2001) divide em três períodos que precedem o social, e como autor dos dados, os períodos são os seguintes:

I - A partir dos anos 60 e 70: De acordo com o Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômico (IBASE, 2013). O conceito de responsabilidade social corporativa tornou-se popular na década de 1970 na Europa.

II – Anos 80 e o fortalecimento da questão: Na década de 80, o *Business Development Institute e Social Foundation* (Fides) chegou a elaborar um modelo de Balanço Social. Em 1984, Tinoco (2010) introduziu o primeiro trabalho acadêmico sobre Balanço Social, no Brasil, na área de Contabilidade, e foi desenvolvido o primeiro deste demonstrativo no país. O instrumento foi posteriormente melhorado, mas esta foi considerada a proposta original.

III – Anos 90 e a consolidação de Responsabilidade Social Corporativa e Relatório Social no Brasil: Muitas empresas adotaram ações de assistência filantrópica e social.

Os instrumentos mais utilizados naquele momento eram:

Balanco social: Conforme afirma Tinoco (2010), a primeira ordem no Brasil a introduzir a responsabilidade social e ambiental por meio do atual modelo de Balanco Social, foi no ano de 1997. O Relatório Social originou-se na Europa e consistia em uma declaração anual, que podia ser preparada tanto por instituições públicas quanto pelas privadas. Os autores observam que, em 1998, o Instituto de Análises Sociais e Econômicas- IBASE lançou o selo "Balanco Social Ibase / Betinho", com o objetivo de encorajar a participação das empresas na preparação e divulgação do Balanco Social. Este fato estimulou o crescimento do número de empresas já em desenvolvimento, ao equilíbrio social.

DVA (Demonstração do Valor Adicionado): A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é parte integrante do Relatório Social. Note-se, no entanto, que com a Lei nº 11.638/2007, o DVA tornou-se obrigatório para as companhias abertas, e é padronizado pela NBC TG-09 (Norma Brasileira de Contabilidade - Geral Técnica). De acordo com a norma, a DVA é:

- Baseada em conceitos macroeconômicos;
- Procura apresentar, a parte da contribuição que a entidade tem na formação do produto interno bruto (PIB) do país onde estas operações estão sendo realizadas e dispõem de valores que representam uma dupla contagem.

A obrigação da DVA foi considerada um avanço, pois permite a empresa prestar contas para a sociedade na sua contribuição em relação à receita recebida.

NBC T 15 (Norma Técnica Brasileira de Contabilidade 15): O Conselho Federal de Contabilidade por meio da NBC T 15 (Norma Brasileira de Contabilidade - 15), criado em 2006 trata dos procedimentos de divulgação de informações de natureza social e ambiental. Esta norma se destina a demonstrar para a sociedade a responsabilidade social das empresas.

Embora não seja obrigatório, é um avanço porque define regras para as empresas, além de exigir um contador para validar as entradas e realizando auditoria independente para análise instrumental. Se a empresa não contempla os indicadores mínimos propostos ou não atender a esses requisitos, não estará em conformidade com a norma.

Já o conteúdo da NBC T 15 é dividido nos seguintes tópicos:

- a) a geração e distribuição da riqueza;
- b) recursos humanos;
- c) interação da entidade com o ambiente externo; e
- d) a interação com o meio ambiente.

GRI (Global Reporting Initiative): A GRI (*Global Reporting Initiative*) é idealizada por uma organização holandesa que desenvolveu o relatório de

sustentabilidade utilizado em diferentes países do mundo. O modelo desenvolvido pela GRI é a quarta versão e integra a governança ambiental, social e corporativa, como destacado pelo GRI (2016).

Desta forma, no Brasil e no mundo, há a discussão sobre a necessidade de ações integradoras, porém não se pode limitar a concepção e construção de instrumentos, tendo em vista que a sustentabilidade deve ser prática diária nas organizações.

Hoque (apud King, 2011), destaca alguns quesitos com caráter negativo, tais como, a falta de conexão com os demais relatórios financeiros da organização, por geralmente possui teor retrospectivo, não apresenta uma correlação entre itens de sustentabilidade e o plano estratégico principal da empresa.

Em 2012, a Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relatório Integrado foi criada a fim de manter a atualização do mercado brasileiro sobre o assunto, bem como contribuir para o processo de implementação e incentivar o engajamento das empresas brasileiras nesse processo.

O Relato Integrado tem como objetivo:

- Melhorar a estratégia conjunta para o negócio e certificar-se de como seu modelo de negócios está respondendo a novas necessidades e expectativas do mercado;
- Permitir um melhor diálogo entre a empresa e os fornecedores de capital financeiro;
- Desenvolver departamentos mais conectados e quebrar áreas fechadas;
- Melhorar os processos internos; e
- Reduzir o custo do capital

Sobre a relevância deste demonstrativo, Eccles e Krzus (2011) enfatizam que o RI é capaz de dirimir informações que possam ser contraditórias e inconsistentes nos mais diversos demonstrativos organizacionais, devido uma proposta concisa quanto a linguagem ao que tange os conteúdos expostos com o intuito de criação de valor.

Ainda sobre os Relatórios Integrados percebe-se que este é um grande avanço para o mercado, pois busca permitir uma visão integrada, além de ampliar a transparência das empresas no que diz respeito aos aspectos de sustentabilidade. Note-se, contudo, que este é um processo evolutivo e que merece regulação e apoio de instituições públicas e privadas.

Neste sentido, Kloviené e Speziale (2014) afirmam que os relatórios não financeiros inseridos em ambientes competitivos contribuem para que as empresas visualizem se as vantagens no âmbito estratégico serão sustentáveis; permitem ainda, que as pressões internas e externas obtenham resposta com o objetivo de evidenciar e gerir as responsabilidades ambiental e social.

O número de empresas que adotam o Relato Integrado no Brasil ainda é pequeno,

cerca de 120 empresas embora sejam empresas de grande porte. No cenário mundial são mais de 1.600 empresas em 62 nações. (IBGC,2018)

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) com sede na cidade de São Paulo realizou em julho de 2018 uma palestra ministrada por Richard Howitt, presidente executivo do IIRC, onde afirmou que o relato integrado possibilita aos investidores e conselheiros uma visão conectada da empresa com as mudanças ocorridas de maneira constante no século 21. (IBGC, 2018)

Para Eccles e Spiesshofer (2015), as organizações devem explorar as potencialidades quanto ao conteúdo e mensuração oferecidos pelo RI no sentido de que deve existir equilíbrio entre o custo da informação e benefícios aos investidores.

Na integração entre relatórios financeiros e não financeiros, o risco fica mais evidente no sentido de garantir viabilidade às metas estratégicas para a criação de valor, segundo os autores.

3. Métodos e técnicas de pesquisa

Para o desenvolvimento do presente artigo, a metodologia utilizada é um estudo de caso comparativo entre duas empresas do setor elétrico brasileiro, por meio de uma análise de conteúdo dos capitais apresentados nos relatórios integrados de empresas com análise qualitativa das informações encontradas. De acordo com Bardin (1977, p. 115):

(...) análise qualitativa não rejeita qualquer forma de quantificação. Apenas os conteúdos que são retidos não é modo de frequência, o analista pode utilizar testes quantitativos: por exemplo, o aparecimento de índices semelhantes intervenções semelhantes. (...) pode-se dizer que caracteriza a análise qualitativa é que a inferência - sempre que se realizou - se com base no índice de presença (tema, palavra, caráter, etc.), e não sobre a frequência da sua aparição em cada comunicação individual.

Inicialmente, as referências bibliográficas foram baseadas no tema Relato Integrado que deu base ao estudo teórico, e como tal, buscou a compreensão dos Relatórios Integrados e da importância de sua implementação nas empresas.

Mais tarde, duas empresas foram selecionadas para análise de conteúdo, considerando os seguintes critérios:

- a) Empresas do setor elétrico brasileiro;
- b) As empresas que procuram o padrão de Relatórios Integrados;
- c) Empresas de capital.

As empresas selecionadas foram CPFL Energia SA e EDP - Energias do Brasil SA, a primeira já realiza a publicação do Relatório Integrado desde 2015; já a segunda tem sua primeira publicação no ano de 2017.

A parte prática do estudo e de análise consiste em duas etapas:

a) Foram levantados todos os dados necessários para verificar as informações abrangidas pelas duas empresas de capital aberto nos relatórios integrados publicados, relativos ao ano de 2018.

b) A segunda etapa consiste na comparação por meio das duas empresas publicações, analisando as informações abrangidas por ambos e ver qual informação também pode ser abordado a partir da capital.

4. Apresentação e análise de dados

As empresas escolhidas para a comparação dos Relatórios Integrados foram a CPFL Energia SA e a EDP Energias do Brasil SA, ambos fazem parte do Novo Mercado da B3, além de fazer parte da carteira do ISE, onde as empresas com as melhores práticas de sustentabilidade são atendidas.

Como CPFL (2017), a empresa veio em 1912 com a fusão de quatro empresas pequenas de energia, em São Paulo. Atualmente é de propriedade da empresa State Grid. Atua nos segmentos de geração, distribuição, comercialização de eletricidade e serviços. A empresa está sediada em São Paulo e está presente em 11 estados do Brasil: Ceará, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

O Grupo CPFL é composto por empresas de distribuição, geradores, comerciantes, serviços.

Já a EDP Energias do Brasil (2017), é uma instituição que constitui uma holding controlada EDP Energias de Portugal SA, um dos maiores operadores europeus no setor da energia, que começou em 1996 como aquisição minoritária na Cerj (agora Broad). Atua nos segmentos de geração, distribuição, transmissão, soluções de energia elétrica no país e de marketing. A empresa está sediada em São Paulo e está presente em 12 estados do Brasil: Amapá, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

Mediante o Relato Integrado de 2018 de ambas as empresas, apresenta-se a Tabela 1 com quesitos destacados pelas companhias:

Tabela 1: Relato Integrado 2018 – CPFL e EDP

CPFL	<ul style="list-style-type: none"> - 2.2 bilhões em Lucro Líquido; - 2.1 bilhões de investimentos; - 33% de redução em acidentes de trabalho com colaboradores próprios; - 47,3 milhões direcionados em inovação; - Possui 4 distribuidoras com 9,6 milhões de clientes. - O item "Valores" é composto por: segurança, colaboração, inovação, integridade e busca contínua à excelência;
EDP	<ul style="list-style-type: none"> - R\$1.3 bilhões em Lucro Líquido, com aumento de 108% comparado ao ano anterior; - 12.326 colaboradores; - R\$ 13 milhões em investimentos sociais; - Mais de 80 mil pessoas beneficiadas; - R\$94 milhões em investimentos ambientais; - O item "Valores" é composto por: segurança do trabalho, confiança, iniciativa, excelência, inovação e sustentabilidade;

Fonte: Elaborada pelos autores cm base no RI-2018, (2019).

Observa-se na tabela apresentada, além de valores significativos, quesitos que corroboram para a motivação da existência e elaboração do relato integrado pelas companhias que evidenciam suas atividades empresariais e resultados apurados com transparência e objetividade.

O RI da CPFL possui um total de 108 páginas (CPFL, 2018) evidenciando o detalhamento e riqueza de detalhes. Por sua vez, o relatório da EDP apresenta 53 páginas (EDP, 2018). Tal constatação não incorre em métrica capaz de classificar qualitativamente a emissão do relatório, tendo em vista que os critérios a serem atendidos para o GRI que devem ser analisados quanto à qualidade da informação. Mas sim em características próprias de cada empresa no momento de elaborar o documento e evidenciar seus capitais.

Evidencia-se que boa parte dos itens constantes na tabela, correlacionam-se a duas vertentes integrantes do RI: sustentabilidade e social.

4.1 Análise e discussão final

Este artigo foi conduzido comparando o conteúdo das empresas CPFL Energia e EDP no Brasil, que encontram-se no setor da eletricidade; importante salientar que o setor observado e as empresas em questão podem não ter as mesmas unidades de negócios, que são: geração, distribuição, transmissão, comercialização e serviço. Uma empresa pode ter dentro do grupo, companhias exclusivamente de transmissão de

empresas, desta forma é difícil, por exemplo, comparar capital manufaturado da empresa que dentro de seu grupo só tem empresas de marketing.

Nas informações analisadas nos seis capitais das companhias é possível a identificação de semelhanças e diferenças, mesmo sendo companhias do mesmo setor e as unidades de negócio também possuem semelhança. É possível verificar os seguintes pontos na comparação realizada:

No Capital Financeiro as companhias têm formas diferentes para publicação dos seus assuntos, a CPFL opta pela publicação em texto, informando as principais variações e composições dos seus itens, com uma linha histórica, pois em alguns deles há a comparação entre os anos de 2014 e 2015, já a EDP utiliza mais os gráficos para demonstrar os seus valores, comparando 3 anos (2016, 2015 e 2014). Tem assuntos que uma companhia publica e outra não, como o Custo com Energia Elétrica, Garantia de Financiamentos e uma tabela com Outros Resultados do Demonstrativo, destacando o primeiro assunto que é importante para o setor pois apresenta a energia comprada para revenda.

No geral no Capital Manufaturado as companhias abordam os mesmos assuntos, com variância maior na forma que é apresentado e as informações; se na composição textual ou na composição gráfica, e a riqueza de informações tratadas dentro dos mesmos assuntos.

No Capital Social e de Relacionamento as companhias apresentam o relacionamento com os clientes e como buscam a melhor forma de atendê-los, por meio de pesquisas de satisfação, a forma que se relacionam com a sociedade, por meio de projetos sociais, pelo instituto que as companhias mantêm.

No Capital Humano as companhias apresentam informações sobre saúde e segurança, informando os números relacionados a assuntos como acidentes, lesões e gravidades. A companhias informam a quantidade de funcionários, mas no relato da EDP existe um diferencial, onde é informado o número de funcionários, demonstrando em um gráfico a proporção de colaboradores entre homens e mulheres, a taxa de rotatividade e o total investimentos realizados para treinamentos.

No item sobre o Capital Intelectual informam os investimentos realizados em treinamentos para os colaboradores e a forma por meio EAD (Ensino a Distância) nas universidades das companhias, além de plano de carreira.

No Capital Natural as companhias informam sobre as emissões de CO₂, a quantidade de resíduos e efluentes gerados nas suas atividades e quais são os tratamentos realizados para reciclagem destes resíduos, sobre a questão de proteção ambiental, um quesito significativo neste setor pois para as empresas operarem

precisam estar em conformidade com o aspecto ambiental e as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), e isto ocorre principalmente na unidade de negócio da geração.

Para informar os capitais não financeiros as companhias praticamente seguiram a mesma linha de raciocínio, pois nestes capitais fica explícito se a companhia trabalha em conformidade com várias normas, como trabalhistas, cível, ambiental, se são empresas éticas em que o investidor pode confiar nos investimentos de curto, médio e longos prazos.

Neste contexto, este artigo traz a contribuição e entende que o Relatório Integrado trouxe a conexão de todas as questões que envolvem a empresa e de uma forma que todos os assuntos são apresentados de maneira integrada, conforme apresentados na Tabela 2:

Tabela 2: Resultados apurados

Capitais	Resultados
Financeiro	A CPFL apresenta o capital de forma textual, comparando os anos de 2014 e 2015; A EDP apresenta um comparativo entre os anos 2014, 2015 e 2016 graficamente.
Manufaturado	Ambas tratam dos mesmos assuntos com variância na maneira de apresentação, alternando entre texto e gráficos. Há riqueza de detalhes nas duas demonstrações.
Social e de Relacionamento	As organizações destacam o relacionamento com os clientes e a forma de atendê-los mediante realização de pesquisas de satisfação. Acerca do relacionamento com a sociedade relatam os projetos sociais realizados e a atuação como mantenedoras de institutos.
Humano	Alguns itens recebem destaque, tais como, saúde, prevenção de acidentes, lesões e gravidades e a quantidade de funcionários. Na EDP há um gráfico com a proporcionalidade de homens e mulheres, a taxa de rotatividade e o total investido em treinamentos.
Intelectual	Há em ambas as organizações investimento em treinamentos destinados aos colaboradores por meio do EAD nas universidades das próprias companhias.
Natural	Nesse capital evidenciam a emissão de CO ₂ , a quantidade de resíduos e demais providências acerca de proteção ambiental.

Fonte: elaborada pelos autores, (2019).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou duas empresas brasileiras do setor de energia elétrica, a CPFL e a EDP. A análise procedeu quanto à forma como as entidades apresentam seus relatos integrados.

Especialmente ao que tange a apresentação dos capitais de acordo com o GRI: financeiro, manufaturado, social e de relacionamento, humano, intelectual e natural.

Constatou se que tanto a CPFL quanto a EDP trazem grandes semelhanças quanto às informações constantes, diferindo tão somente quanto a forma com que o fazem. Neste sentido, evidencia se que esta condição denota apenas a maneira particular que cada companhia implica na sua respectiva emissão.

Nos dois relatos destacam se as vertentes, sustentabilidade e social. O setor escolhido tem robusta relação com práticas voltadas às ações sustentáveis, com atividades preventivas e corretivas que claramente são evidenciadas nos documentos.

A vertente social condiciona-se a este fato mediante o volume significativo de investimentos à prevenção de acidentes por meio de treinamentos e ações sociais realizadas nas empresas.

Importante salientar que em ambas as apresentações, informações relevantes são explicitadas por meio da extensão dos documentos e os variados assuntos abordados.

Neste ditame, como sugestão de uma nova pesquisa, seria a abordagem de algum outro setor e que outras vertentes sejam averiguadas nos capitais constantes no RI.

Por fim, vale frisar que tanto a CPFL quanto a EDP elaboram seus relatórios com a preocupação de informar com riqueza de detalhes seus capitais, evidenciando ações sociais desenvolvidas e certificações técnicas, atendendo a premissa do RI em busca de transparência em suas evidenciações.

Referências

ANDRADE, L. P. & Bressan, A. A.; Iquiapaza, Robert Aldo; MOREIRA, Bruno C'Caesar de Melo Moreira. 2013 Determinar a adesão Corporativa da BOVESPA Score Sustentabilidade e sua relação com o valor da empresa. *Journal of Finance*, ISSN 1679-0731, Rio de Janeiro, vol. 11, num. 2, abr./jun., 2013. pp. 181-213. Recuperado de: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305828001002?>>.

BACHMANN, Ramon KB; Carneiro, Leandro M., Espejo, Márcia MSB. 2013. Divulgação de informação ambiental: proposta de um indicador com base na percepção de especialistas. *Journal of Finance*, ISSN 1679-0731, Rio de Janeiro, vol. 11, num. 2, abr./jun., 2013. pp. 181-213. Recuperado de: <<http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/56666>>.

BEM, Fernando. 2005. Divulgação de informação ambiental por empresas locais. *Divulgação de informação ambiental por empresas locais. Contabilidade Universe Magazine*, ISSN 1809-3337, Blumenau, v. 1, n. 3, Sept./Dec. 2005. pp. 63-80. Recuperado de: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/95>>.

BENITES, Lira Luz Lazaro; POLO, Edison Fernandes. 2013. Sustentabilidade como ferramenta estratégica de negócios: governança corporativa e aplicação do Triple Bottom

Line na Masisa. Revista UFSM Administração, ISSN 1983-4659, Santa Maria, v. 6, Edição Especial, p. 195-210, mai., 2013. pp.826-842. Recuperado de: <<https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/8879>>.

BLEISCHWITZ, R. 2003. Cognitiva e perspectivas institucionais da eco-eficiência. Economia Ecológica, Não.46, p. 453-467. Recuperado de: [http://dx.doi.org/10.1016/S0921-8009\(03\)00186-1](http://dx.doi.org/10.1016/S0921-8009(03)00186-1).

BMFBOVESPA. Regras do Novo Mercado. 2016. Recuperado de: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-de-sustentabilidade/.

BRASIL. Lei nº 11.638 / 07, de 28 de Dezembro de 2007. Alterações e revoga dispositivos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e

_____. Lei nº 6.385, de 7 de Dezembro de 1976, e estende-se a grandes empresas disposto a preparação e divulgação de demonstrações financeiras. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm.

CALIXTO, Laura. 2008. Responsabilidade Social e Ambiental: público ou privado. Em Contabilidade e Vista Magazine.19 (julho-setembro), 123-147. Recuperado de: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=197014588006>> ISSN 0103-734X.

CAMPOS, Gabriel Moreira; SANTOS, Ariovaldo de; MARTINS, Gilberto de Andrade. 2013. Relação entre fatores e fatores do estado contínuo de sustentabilidade nas dimensões econômicas, sociais e ambientais. Foco: Contabilidade Reflexão UEM, ISSN 1984-882X, Maringá, v 32 n.. 3 p. 73-90 setembro-dezembro, 73-90. Recuperado de: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/20312>>.

CARREIRA Francisco Alegria; PALMA, Cristina Morais. 2012. A análise comparativa dos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras, espanhol, português e Andorra. Contabilidade Universe Magazine, ISSN 1809-3337, Blumenau, v. 8, n. 4, p. 140-166, out./dez., 140-166. Recuperado de: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/2729>>.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE-CFC.2009. Resolução CFC nº 1.138 / 08. Aprova a NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Brasília: CFC, 2009. Disponível em: <cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1138.doc>.

_____. 2004. Norma Brasileira de Contabilidade - Resolução CFC Nº 1.003 / 04. Aprova a NBC T 15, de 19 de Agosto de 2004 - Informação Social e Ambiental. Brasília: CFC, 2004. Recuperado de: <http://nemas.ufsc.br/files/2012/12/2-nbct15.pdf>.

CPFL ENERGIA. Relato Integrado 2018. 2018. Recuperado de <https://cpfl.riweb.com.br/show.aspx?idMateria=0hIp7Kkq5IWCz+4goYsegw==>

ECLES, R. G.; Krzus M. P.2011. Relatório único: divulgação integrada para uma estratégia sustentável. São Paulo: Saint Paul.

ECLES, R. G.; SPIESSHOFER, B. 2015. Integrated reporting for a re-imagined capitalism. Harvard Business School General Management Unit Working Paper. September, 25, 16-032. Recuperado de https://www.hbs.edu/faculty/Publication%20Files/16-032_3860cfaa-ebd3-4d7e-ac9a-53272ca8cc2d.pdf

EDP BRASIL. Relato Integrado 2018. 2018. Recuperado de <https://ri.edp.com.br/pt-br/informacoes-financeiras/relatorios-anuais/>

FERNANDES, Miriane de Almeida; Meireles, Manuel. 2013. Antecedentes e indicador de sustentabilidade financeira proposta. *Journal of Accounting Contemporânea*, Universidade Federal de Santa Catarina, ISSN 2175-8069, Florianópolis, vol. 10, num. 20, mai./ago., pp. 75-95. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2013v10n20p75>.

FERREIRA, Janaina da Silva; Rover, Suliani; FERREIRA, Denize Demarche Minatti; ALONSO BORBA, José. 2016. Informação financeira ambiental : Diferença entre o nível de disclosure entre as empresas brasileiras. *Jornal de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Academia Brasileira de Contabilidade, ISSN 1981-8610, Brasília, vol. 10, num. 1, Jan./Mar., 2016. pp. 5-24. Recuperado de: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=441644776002>.

HOQUE, Mohammad Enamul. 2017. Why company should adopt Integrated Reporting?. *International Journal os Ecnomimcs and Financial Issues*, 7, 241-248. Recuperado de <https://www.econjournals.com/index.php/ijefi/article/view/2886>.

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. 2018. Relatório integrado ressalta geração de valor da companhia. Recuperado em 03 de dezembro de 2018 de <http://ibgcmfoco.wixsite.com/ibgcmfoco/single-post/2018/08/23/Relat%C3%B3rio-integrado-ressalta-gera%C3%A7%C3%A3o-de-valor-da-companhia>.

INICIATIVA GLOBAL DE INFORMAÇÃO. 2019. Recuperado de: <https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>.

IIRC - Conselho Internacional de Relatórios Integrados. 2019. Recuperado de <https://www.theiirc.org>.

KLOVIENÈ, L.; SPEZIALE, M. T. 2014. Sustainability reporting as a challenge for performance measurement: literature review. *Economics and Business*, 26, 44-53. Recuperado de: <https://eb-journals.rtu.lv/article/view/eb.2014.019>.

LAMEIRA, Valdir Jesus; NESS JR. Walter Lee; QUELHAS, Osvaldo Luis Gonçalves; PEREIRA, Roberta Guimarães. 2013. Sustentabilidade, valor, desempenho e risco no mercado de capitais brasileiro. *Journal of Business Management*. ISSN 1806-4892, São Paulo, v.15, n. 46, p.76-90, Jan./Mar, 76-90. Recuperado de: <https://rbgn.fecap.br/RBGN/article/view/1302>.

LUZ, Priscila Borin de Oliveira; LUZ, Danny Pimentel. Sustentabilidade estratégica: não há retorno de longo prazo?. 2014. *Journal of Management*, Universidade de São Paulo, ISSN 0080-2107, São Paulo, V.49, n.2, abr./mai./jun., 291-306. Recuperado de: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=223431145007>.

NOBRE, Farley Simon; RIBEIRO, Rhubens Ewald Moura. 2013. Cognição e sustentabilidade: um estudo de caso múltiplo no Índice da BM & FBovespa de Sustentabilidade Empresarial. *Contemporary Administração Magazine*, ISSN 1982-7849, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4 Art. 6, jul./ago., 2013. pp. 499-517. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552013000400007>.

SAMBIASE, Marta Fabiano; FRANKLIN, Marcos Antonio; TEIXEIRA, Jaqueline Alfim. 2013. Inovação para o desenvolvimento sustentável como um fator competitivo para as organizações: Um estudo de caso Duratex. *Jornal de Negócios e Inovação*, ISSN 2175-8069, São Paulo, v. 10, n.2, abr./jun. 2013. pp.144-168. Recuperado de: <http://www.revistas.usp.br/rai/article/view/79320/83390>.

SANTOS, Fernando de Almeida; PASSANEZI, Paula. 2015. A importância das declarações sociais e ambientais ea relação com os Projetos Sociais e Culturais. São Paulo: Difusão.

SAVITZ, AW; WEBER, K. 2007. O triple bottom line: como as empresas mais bem administradas de hoje estão conseguindo. San Francisco: John Wiley & Sons Inc.

TINOCO, JEP. 2010. Social e Rentabilidade Sustentabilidade. São Paulo: Atlas.

TORRES, Cyrus. Em SILVA, Augusto Cesar Tiburcio e FREIRE, Fátima de Souza (organizadores). 2001. Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e Relatório Social no Brasil. Autores vários. Relatório Social: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas.

VALLAEYS, François. Definir Responsabilidade La social. Una Philosophical emergência. Em del Águila, Levy (editor). 2014. Responsabilidade Ética La Gestion Y Desarrollo social. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú.

VALVERDE, Sebastião Renato Soares, THELMA Shirlen, ARMOND Miranda Carvalho, ROSA Maria Garcia de Oliveira, Gilca. 2005. Participação do setor florestal nos indicadores socioeconômicos do estado do Espírito Santo. Revista Árvore, ISSN 1806-9088, Viçosa, 19. janeiro-fevereiro: pp. 105-113. Recuperado de <[Http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=48829112](http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=48829112)>.